

Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*

Clifford Andrew Welch**

Resumo: Este artigo aborda a historiografia dos movimentos sociais no campo a partir da literatura sobre a luta dos trabalhadores rurais do Brasil até os anos 70 do século XX. Oferece uma resenha coletiva dos livros publicados e aponta novas direções para a pesquisa.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Historiografia; Trabalhadores rurais.

História

Dependendo de sua perspectiva e sua garra como pesquisador, é possível encontrar evidências da existência de movimentos sociais de trabalhadores rurais da época colonial até hoje, mas não seria possível encontrar registro de um movimento sindical rural até o século passado. Como camponeses livres ou trabalhadores escravizados, os trabalhadores rurais se revoltaram contra sua exploração em inúmeras ocasiões desde o século XVI (PALÁCIOS, 2004). Nos casos mais famosos – os quilombos de Palmares, no século XVII, a resistência de Canudos no século XIX e o Contestado de 1912 – ocorreram movimentos organizados envolvendo milhares de pessoas (REIS; GOMES, 1996; LEVINE, 1995; MACHADO, 2004). No início do século XX, a influência de anarquistas e socialistas sustentou movimentos clandestinos nas fazendas de café e cana-de-açúcar, estimulando levantamentos e greves até prolongados. Mas a questão do movimento sindical é outra e, para respondê-la, precisamos olhar cuidadosamente a história a partir dos anos 1930.

Fundado em 1932, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ) é considerado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais (STR) (MEDEIROS, 1989, p. 27). Constituído por pequenos lavradores e cortadores de cana-de-açúcar, sua proximidade à capital nacional no Rio de Janeiro fez com que virasse um sindicato modelo. Contudo, até o fim de 1931, outros

* Revisão técnica de Paulo Fontes.

**Professor doutor de História na Grand Valley State University nos EUA e pesquisador no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária na UNESP – Presidente Prudente.

seis sindicatos rurais já haviam sido reconhecidos pelo governo. O programa da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, pregava um desenvolvimento econômico mediado pelo conceito corporativista de sindicalização, como maneira de organizar as forças produtivas da sociedade e assim pacificar os conflitos gerados. A idéia já estava sendo instituída no estado natal de Vargas, o Rio Grande do Sul, mas não na área agrícola. Inicialmente, outros campos eram mais propícios para experimentar com a organização sindical, principalmente os setores industriais e comerciais, onde o governo encontrou mais apoio dentro da classe dominante. Assim, a meta de instigar a formação de mais sindicatos rurais, programada pelo primeiro ministro de trabalho do governo Vargas, ficou longe de ser cumprida já que não foi registrado nenhum aumento no número de sindicatos rurais reconhecidos pelo governo até 1960 (WELCH, 1999, p. 54-58; LINHARES & DA SILVA 1999, p. 125-35).

A sindicalização dos trabalhadores rurais também foi desejada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1928, no terceiro congresso do partido, os delegados exigiram a ampliação da liberdade de associação e a organização de “sindicatos de assalariados agrícolas” e o direito dos sócios elegerem representantes para entidades governamentais de fiscalização das condições de trabalho, como o Patronato Agrícola, que foi estabelecido no estado de São Paulo em 1913, depois de uma greve longa de colonos de café (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 139-43; WELCH, 1999, p. 47-54).

Na ideologia deste partido, o camponês faria parte da classe trabalhadora e deveria ser organizado e mobilizado junto aos operários urbanos para construir e fortalecer o proletariado que um dia tomaria o poder e construiria o comunismo no mundo. Por isso, a organização classista foi um passo importante e, portanto, o sindicalismo rural recebeu apoio constante do PCB. De 1949 até 1964, o setor do campo do partido publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – *Terra Livre* – redigido unicamente para identificar os problemas dos trabalhadores rurais e mobilizá-los para reivindicar soluções frente às autoridades. Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. A ULTAB continuou a funcionar até ter seu papel superado pela CONTAG – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Na ocasião de seu estabelecimento, em dezembro de 1963, o presidente da ULTAB, o militante comunista Lyndolpho Silva, passou a ser presidente da CONTAG.

O caráter corporativista da estrutura sindical fragmentou antigos blocos e criou novas alianças. Para os estadistas vinculados a Vargas, o sindicato oferecia uma maneira de controlar a classe trabalhadora e algumas facções da oligarquia rural concordavam com a idéia, confiantes de que o sindicato patronal sempre seria mais forte e hábil que o dos trabalhadores. Com a expansão dos eleitores depois da Segunda Guerra mundial, a politização dos trabalhadores rurais virou algo de valor para muitas forças políticas, dos comunistas até os coronéis. Assim, a sindicalização, a reforma agrária, e outras iniciativas entraram com força na agenda nacional, criando uma dinâmica sócio-política que trouxe novas oportunidades para os trabalhadores rurais.

Mesmo assim, a luta pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil é melhor entendida como uma luta da vanguarda revolucionária contra a classe dominante reacionária. Entre os amigos da causa de sindicalização, a competição foi feroz, mas produtiva. A partir de 1960, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e políticos populistas entraram na concorrência para ser identificados como representantes autênticos dos trabalhadores rurais. Criado em 1963, uma nova entidade do governo – a SUPRA – Superintendência da Política de Reforma Agrária – foi incumbida de ajudar os trabalhadores e seus representantes a formarem centenas de sindicatos. Entre os inimigos da sindicalização, a resistência de grupos de fazendeiros, usineiros e outros patrões e políticos foi tão grande que nem a Constituição de 1946 conseguiu segurá-los. Foi a oligarquia rural, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo, que bancou e facilitou a mobilização da sociedade civil em apoio ao golpe militar, revogando a Constituição e introduzindo duas décadas de ditadura.

A ditadura não perdeu tempo em sua repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém formados tiveram seus registros cancelados, preservando apenas os sindicatos que estavam vinculados com anticomunistas assumidos, geralmente padres e seus aliados católicos. No entanto, ao contrário das piores expectativas, que previam a extinção do sindicalismo pelo regime, os militares adotaram a perspectiva corporativista, vendo nos sindicatos um braço útil para construir sua hegemonia e organizar a produção do país.

Historiografia

Até 1980, o pesquisador da questão sindical no campo encontrava

uma escassa coleção de obras. Começando nos anos 30, foram publicados estudos de casos, jornalísticos ou sociológicos, ora de mobilizações contemporâneas, ora dos problemas e oportunidades associadas com a organização das relações rurais. Já nos anos 1980, aparecem estudos regionais e sínteses preliminares de bastante importância. A partir dos anos 90, surgem novas obras acadêmicas sobre os movimentos nas diversas regiões do país.

A preocupação do governo Vargas com a produtividade agrícola e a resistência dos fazendeiros contra um diversificado desenvolvimento econômico da nação, estimularam os primeiros estudos da questão. A maneira como o amparo estatal podia aumentar a produtividade dos trabalhadores foi o tema do livro *O trabalhador rural brasileiro*, publicado pelo Ministério de Trabalho em 1937. Em 1939, o advogado baiano Pericles Madureira de Pinho defendeu os fazendeiros contra as pretensões corporativistas do Estado Novo em seu ensaio *O problema da sindicalização rural*. Mas, o governo Vargas não desistiu e organizou a Comissão Especial de Estudos da Sindicalização Rural para compor a legislação sobre a questão. Em 1943, o debate da comissão foi reproduzido em “O problema da sindicalização rural” na revista *A Lavoura* da Sociedade Nacional da Agricultura, um lobby de agricultores tradicionais sediado no Rio. O resultado final dessa campanha ainda está sendo estudado, mas algumas das influências da iniciativa na geração de orientações, conflitos, resistências e esperanças do movimento sindical dos trabalhadores rurais já são documentadas.

Os conflitos sobre a natureza da legislação continuaram nos anos 50. Há dois livros essenciais para resgatar a história parlamentar: *Escravidão da terra* do deputado federal Fernando Ferrari (1963) e *O Estatuto do Trabalhador Rural* e sua aplicação, de Segadas Vianna (1965). Um político populista de Rio Grande do Sul, Ferrari documentou com indignação a resistência da oligarquia rural. O livro de Segadas Vianna, um advogado que foi Ministro de Trabalho na última gestão do Vargas, revela bem a evolução legislativa das leis trabalhistas para o campo (LINHARES; DA SILVA, 1999, p. 91-107). Junto com a literatura sobre a sindicalização, são livros que questionam profundamente a velha tese do “pacto oligárquico e agrário” e de “modernização conservadora”, repetida por analistas como Otavio Guilherme Velho (1979) e Fernando Antonio Azevedo (1982, p. 29-41). São fontes que fazem o leitor ficar confuso quando encontrar, no escrito do sociólogo José de Souza Martins, a alegação de que o governo Vargas “não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico” (MARTINS, 1999, p. 32).

Na década de 1960, quando os conflitos aumentaram bastante em número, tamanho e frequência, uma contribuição importante foi feita pela *Revista Brasileira* com a publicação de estudos de Nestor Vera (1962), Araguaya Feitosa Martins (1962), Ibiapaba Martins (1962), José Chasin (1962), e do próprio editor, Caio Prado Junior (1963 e 1964). Cada artigo ajuda entender a força de mobilização dos trabalhadores rurais na época anterior a 1964 e o medo da “ameaça vermelha” que levou a Igreja Católica a investir na organização de sindicatos rurais na época, uma campanha defendida por Frei Celso Maria em *Os cristãos e o sindicato na cidade e o campo* (1963). A obra de Prado – seus artigos do período foram reunidos em 1979 em *A questão agrária* – valoriza bastante o poder progressivo do movimento sindical entre os trabalhadores rurais. É, assim, consistente toda uma literatura que apóia a idéia de que o movimento sindical dos trabalhadores rurais existia antes do que o governo Goulart tomasse a iniciativa no sentido de promover a sindicalização, e dá uma base para questionar a relação entre a iniciativa governamental e camponesa.

O golpe militar de 1964 não acabou com a produção acadêmica, mas foram poucas as obras publicadas até os anos 70, quando as mobilizações populares e o processo de abertura criaram uma conjuntura nova que possibilitava a crítica aberta.

Impressionante foi a publicação em 1970 da primeira síntese do movimento do pré-64. No ensaio “Peasant Leagues in Brazil”, Clodomir de Moraes, um militante e estudioso vinculado com o movimento dos trabalhadores rurais (primeiro através do PCB, depois das Ligas Camponesas de Francisco Julião, daí como organizador de focos – “dispositivos militares” – da luta armada, e mais recentemente como conselheiro do MST), reconheceu a militância do Partido Comunista entre os trabalhadores rurais, mas elogiou a atuação do advogado Julião por estar mais ligada com a realidade fundiária e conceitos sociológicos brasileiros, como, por exemplo, a noção de que o campesinato formou uma classe aparte da classe operária. Tema de várias publicações no exterior durante a ditadura – a saber, Cynthia Hewitt (1969), Joseph Page (1972) e Florência Mallon (1978) - as Ligas Camponesas conseguiram virar no papel uma força bem maior que foram na realidade (GALJART, 1964; JULIÃO, 1968; CAMARGO, 1973). A fama das ligas levou muitos – a coordenação do MST, por exemplo – a pensar que elas tiveram um papel histórico maior que toda a história das atividades do PCB dos anos 20 até os anos 60, deixando os pesquisadores com dúvidas sobre a balança da participação das diferentes organizações dos movimentos

sociais no campo e suas leituras daquela conjuntura (STÉDILE, 2002).

Sem discutir diretamente as Ligas, a Fundação Ford e outras entidades apoiaram, no início dos anos 70, um projeto de pesquisa sobre emprego no Nordeste que acabou produzindo cerca de seis estudos sobre os trabalhadores rurais e seus sindicatos. Na mesma época, foram publicados vários estudos sobre os milhares de bóias-frias, o nome popular dado a nova categoria de trabalhador rural, o cortador ou colhedor volante. Sem vínculos formais com o empregador, o bóia-fria não gozava dos direitos das leis trabalhistas, precisava migrar para encontrar emprego e era explorado com impunidade. A importância desta literatura para entender o movimento sindical rural do pré-64 vem de suas interpretações do período mais do que novas informações das conquistas da época.

Em seus respectivos livros, *O “bóia-fria”: acumulação e miséria* (1976) e *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco* (1979), as autoras Maria Conceição D’Incao e Lygia Sigaud argumentam que a expansão das leis trabalhistas para os trabalhadores rurais – o que Caio Prado viu como um grande avanço – trouxe problemas para os trabalhadores. A lei estimulou a expulsão dos trabalhadores residentes e permanentes das fazendas, criando assim condições para a formação de um excedente de trabalhadores rurais subempregados e hiperexplorados, os clandestinos e bóias-frias. Sigaud anota, ironicamente, que se os sindicatos estivessem com mais poder, poderiam ter utilizado a mesma lei para assegurar melhores condições para os rurais. No caso do Estado de São Paulo, a antropóloga Verena Stolcke, em seu livro *Cafecultura: homens, mulheres e capital* (1986), desprezou a idéia da responsabilidade da lei e concluiu que a situação econômica do café já havia estimulado os fazendeiros a expulsar os colonos residentes. Em *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil* (1982), o economista José Graziano da Silva viu neste processo a criação de um proletariado rural pronto para se unir com outros setores da classe operária.

Nos anos 80, a produção intelectual voltou com força, inspirada por uma onda explosiva de mobilizações dos trabalhadores rurais que irrompeu no final dos anos 70. Três livros importantes sobre o PCB e Ligas foram publicados neste período: dois com o mesmo título – *As ligas camponesas* – um por Fernando Azevêdo (1982), outro por Elide Rugai Bastos (1984), e *A vitória dos vencidos* (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas, 1955-1964) de Bernardete Aued (1986). Esta década também foi fundamental para o resgate e publicação de depoimentos de militantes do movimento

camponês do pré-64. Os dois volumes das memórias do líder comunista Gregório Bezerra merecem destaque; também, foram publicadas as memórias de Manuel da Conceição, liderança rural do Maranhão (1980), José Pureza, que atuou no Rio de Janeiro (1982) e José Leandro da Costa, militante sindicalista do Ceará (1988). Os depoimentos foram essenciais na reconstrução dos eventos regionais que resultaram na publicação de estudos de caso como *O campesinato fluminense: mobilização e controle político* de Mario Grynszpan (1986), *A revolta camponesa de Formoso e Trombas* de Maria Esperança Carneiro Fernandes (1988) e *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964* de Maria Glória W. Ochoa (1989). No filme *Cabra marcado para morrer* (1984), o documentarista Eduardo Coutinho combinou história oral com filme arquivado da época para examinar as Ligas de Paraíba e sua memória coletiva.

Finalmente, novas sínteses importantes foram produzidas nos anos 80, como *Os camponeses e a política no Brasil* de José de Souza Martins (1981), “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)” por Aspásia de Alcântara Camargo (1981), e *História dos movimentos sociais no campo* de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989). Os ensaios de Camargo e Martins foram muito bem divulgados e já passaram por várias edições. Pesquisadora e historiadora da Fundação Getúlio Vargas, Camargo examinou as ações do Estado, principalmente do executivo, e deu destaque à questão da terra, mais que aos trabalhadores rurais e seus sindicatos. Assim, para ela, as Ligas Camponesas foram mais importantes que os sindicatos e o papel do PCB mereceu pouca atenção, já que – para ela – o movimento sindical só iniciou-se a partir dos anos 60. Camargo argumentou que o projeto de sindicalização dos trabalhadores rurais significa a sua incorporação na política populista da época.

Baseada na pesquisa de orientandos e em sua própria experiência como assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos anos 70, a obra de Martins questionou a militância do PCB entre os trabalhadores rurais. Para ele, o partido subestimava a capacidade política dos camponeses na era pré-64, condenando a estratégia de incorporá-los como parte da classe operária, ao invés de vê-los como uma classe em si, capaz de resistir ao capitalismo selvagem no campo e contribuir para a construção de um Brasil socialista. Pior, na opinião de Martins, foi a decisão do PCB de privilegiar alianças com a chamada burguesia nacionalista e de ver no aparelho do sindicalismo rural um avanço no caminho para o socialismo. Com uma orientação que o cientista político Raimundo Santos chama de “agrarista”, o ensaio de Martins contribuía

significativamente para desprezar a luta dos trabalhadores rurais para direitos trabalhistas e da valorização de movimentos sociais camponeses em torno da luta pela terra (SANTOS, 1999).

O livro de Medeiros inicia-se com uma citação do ensaio de Martins e uma crítica à inclinação urbana da historiografia brasileira, mas ela conseguiu valorizar os movimentos sociais no campo sem desvalorizar o movimento sindical rural. Como integrante do GT dos movimentos sociais do campo da PIPSA – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, outro projeto financiado pela Fundação Ford nos anos 80 – Medeiros já tinha feito várias contribuições quando foi convidada pela FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – para preparar uma história a ser colocada “à disposição dos trabalhadores rurais e dos seus assessores [...e...] a todos os que acreditam que é possível mudar a nossa sociedade” (MEDEIROS 1989, p. 8). O livro é rico em dois sentidos: 1) abrangeu todos os movimentos até então conhecidos e colocou-os no contexto histórico e 2) trouxe para o leitor muitas fontes primárias, como resumos de romances e filmes, fotos de militantes e cenários da luta, e cópias de documentos históricos como capas de jornais e resoluções de congressos. Ela argumentou que no pré-64 “as bandeiras que até hoje são centrais nas lutas [dos trabalhadores rurais]: os direitos trabalhistas, a previdência social e principalmente a reforma agrária” se formaram. A lista é mais extensa e relevante, como o livro mostra na seqüência, adicionando a construção de organizações nacionais, a criação de uma “linguagem política” na identificação de todo tipo de trabalhador rural como “camponês”, e a procura de “novas formas de inserção desse segmento” no processo de desenvolvimento do país. Na sua interpretação, a contribuição do pré-64 foi fundamental (MEDEIROS, 1989, p. 13-15). Mesmo assim, concluindo o livro em 1987, Medeiros nos dá elementos para entender o desgaste do movimento sindical e sua relação com a luta pela terra que, na época da publicação do livro, já estava criando novas bases para ameaçar a (nova) velha guarda da CONTAG.

Dos anos 90 até o século atual, a modernização dos mecanismos de produção agrícola e a luta pela terra, dois processos integralmente ligados que se intensificaram no pós-64, causaram um ajustamento no foco da pesquisa para a questão da reforma agrária. Neste sentido, surgiram alguns livros importantes sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais no pré-64. Foram publicadas mais memórias de militantes do movimento sindical, estudos de movimentos em vários estados, e análises do movimento sindical no pós-64 que também analisavam o período anterior. A tensão existente na

relação entre os trabalhadores rurais que dependiam de salários e os trabalhadores rurais que dependiam mais da sua própria produção como lavradores tem sido mais analisada. É interessante notar que o reconhecimento da complexidade da sociedade rural fez com que ninguém mais tentasse escrever uma síntese. Em geral, os estudos mostraram menos confiança nas explicações estruturais e no progresso linear, mostrando uma preferência para o empirismo e uma valorização do processo.

Dois depoimentos publicados deram destaque para o movimento sindical no pré-64. Em *Lutas camponesas no interior paulista* (1992), os organizadores Cliff Welch e Sebastião Geraldo apresentaram a memória do comunista Irineu Luis de Moraes, o Índio, que militou na base dos movimentos nos estados de São Paulo e Paraná, organizando a resistência dos camponeses, greves de colonos e cortadores e construindo ligas, associações e sindicatos. Moraes trabalhava para as organizações do PCB que eram dirigidas por Lyndolpho Silva, o depoente do livro *O camponês e a história* (2004), organizado pelo cientista político Paulo Cunha. As duas memórias revelam, por um lado, a incrível disciplina dos militantes e, por outro, as complicações institucionais que desmoralizaram o movimento.

Na linha de frente, Moraes sentia-se abandonado pelo partido e acabou concluindo que o PCB continuamente “subestimava” a força revolucionária dos camponeses. Falando de Silva, Moraes o descreveu como alguém que “não fazia nada [...], um carreirista...” (WELCH; GERALDO, 1992, p. 123, 132). O depoimento de Silva sustenta, em parte, as alegações do Moraes, mostrando como foi difícil a posição de um burocrata do partido. Com outros estrategistas urbanos, eles tentaram pensar como guiar rebeliões e movimentos remotos e desconhecidos. Pressões políticas e partidárias interferiram no desempenho das organizações dirigidas por Silva. Quando o PCB interferiu na direção da ULTAB, por exemplo, mandando embora alguns militantes camponeses, o emprego de Silva foi salvo. “Eu fiquei, mas fiquei sem fazer nada, me deixaram ficar também sem saber o que eu ia fazer, fiquei vendo esse negócio todo” (CUNHA, 2004, p. 70). Os dois livros deixam claro que precisamos estudar mais o papel do partido no campo.

Dois analistas no Rio de Janeiro, Luíz Flávio de Carvalho Costa e Raimundo Santos têm dedicado bastante atenção ao papel do PCB e sua interpretação da questão agrária. Nos capítulos na coletânea *Política e reforma agrária* (1998), os organizadores deixaram claras as vantagens e desvantagens criadas pelo compromisso do partido com o conceito da “frente única”,

especialmente suas alianças com a burguesia nacional. Como mostra *The Seed Was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964* (1999), a meta de assegurar poder político através de demonstrações de influência sobre o movimento sindical freqüentemente colocou o partido numa posição oportunista. Quando Lyndolpho Silva chegou ao palco, ao lado do Presidente João Goulart durante seu famoso comício de 13 de março, ele achava que tinha chegado “quase lá,” no centro do poder (CUNHA, 2004, p. 107-109). Menos de três semanas depois, a incapacidade do partido em mobilizar as forças populares no apoio a Goulart e contra o golpe militar provou como o poder do PCB foi superestimado.

Precisamos entender melhor como o movimento camponês avançou em todas as regiões do país para compreender melhor o potencial e os problemas do movimento. No Nordeste, por exemplo, o PCB teve muito menos influência que no centro-sul. O livro de Regina Reyes Novaes, *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo* (1997), ajuda bastante a entender o jogo de forças entre o partido, os políticos, as Ligas Camponesas e a Igreja, um ator importante e pouco analisado. Na história de São Paulo, como *The Seed Was Planted* documenta, a Igreja era dividida, com uma ala conservadora e uma reformista. Na Paraíba, o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e as disputas dentro das Ligas abriram o espaço que permitiu à Igreja ganhar “a corrida da fundação e reconhecimento dos [...] sindicatos dos padres” (NOVAES, 1997, p. 64). Precisamos de mais estudos que examinem a história em cada estado, para poder escrever uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Apesar da extensão e importância do movimento sindical na vida de milhões de trabalhadores e aposentados, são poucos os estudos dos sindicatos rurais hoje em dia. Ruda Ricci, que trabalhou no movimento, também comenta sobre o período pré-64 em seu livro *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil* (1999). Outro estudioso do assunto, o cientista político Claudinei Coletti, o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais antes do golpe militar foi um de cooptação pela classe dominante. O chamado “sindicalismo oficial rural” foi organizado para controlar as “organizações autônomas” dos trabalhadores que já estavam construindo um caminho independente de cidadania para os camponeses. Os sindicatos oficiais chegaram para “abortar e substituir” este movimento, servindo como “limitador da cidadania das massas rurais” e colocando um “poderoso instrumento de controle político-social nas mãos do Estado” (COLETTI, 1998, p. 61).

Coletti tem um pouco de razão. Depois do golpe e até o final dos

anos 60, os militares usaram os sindicatos para ajudar no controle dos movimentos sociais no campo. Mas a conclusão do Coletti ignora a história das lutas e resistências dos trabalhadores na busca de uma estrutura oficial e igual dos operários industriais. A idéia do Coletti tem fundo na crítica dos sindicatos pós-golpe quando serviram, também, para atender às necessidades dos trabalhadores, como clínicas e outros serviços de assistência social. A noção nos lembra das hipóteses exaustas da consciência falsa dos camponeses. No final de 1963, por exemplo, os representantes dos STRs se reuniram para fundar a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e elegeram os militantes comunistas Lyndolpho Silva como presidente e Nestor Vera como tesoureiro (WELCH, 1999, 2004; CUNHA, 2004). O documentário *Grass War: Peasant Struggle in Brazil* (WELCH; PERRINE, 2001) também documenta a ligação entre a resistência dos trabalhadores rurais, a sindicalização e a luta pela reforma agrária.

Para Ricci o período pré-64 é essencial para entender o movimento sindical pós-64. A Igreja é vista como a fonte do assistencialismo da CONTAG, já que a campanha sindical da Igreja foi orientada pela definição do sindicato como fonte de assistência ao trabalhador rural. Do PCB viriam as tendências de mobilização política dos associados e um dom institucional para trabalhar nos corredores do poder e com a burocracia. Ricci destacou, também, a ênfase das lideranças na história da fundação da CONTAG, que envolveu jogos pesados entre dirigentes de facções, sem nenhuma preocupação com a participação das bases.

A questão da importância das lutas entre lideranças, ora indivíduos, ora instituições, é uma das muitas que persegue o pesquisador dos movimentos sociais no campo. Da classe dominante vem a afirmação que nenhum grupo subalterno é suficientemente responsável para organizar sua própria política. Os intelectuais, em geral, inculcaram esta perspectiva e a literatura a respeito forneceu alguns subsídios para considerar que, na cultura autoritária do Brasil, a construção e papel do líder são importantíssimos. Em 1964, Benno Galjart concluiu em seu artigo “Class and Following in Rural Brasil” que as Ligas Camponesas e sindicatos rurais encontraram legitimidade na cultura brasileira através de sua capacidade de duplicar e assim des-localizar o coronel na relação clientelista tão típica no Brasil. Em “Mudança e continuidades na política rural brasileira” (1988), Elisa Reis chegou à mesma conclusão, uma conclusão que orienta a obra do sociólogo José de Souza Martins (2000).

Fontes e novas questões

À medida que a literatura recente multiplicou nosso conhecimento do movimento dos trabalhadores rurais no pré-64, multiplicaram também as questões sobre a época, como o questionamento do significado da cronologia política para os trabalhadores rurais. Os antropólogos, com sua tendência de pesquisa comunitária, têm mostrado através de depoimentos com camponeses – muitas vezes pessoas não-identificadas, como nos estudos de Stolcke, dificultando assim a construção de conhecimento científico – que o golpe não tinha importância nenhuma. Vimos como o governo tentou interferir nas relações de trabalho rural, mas ficou para ser pesquisado o impacto real desta interferência. Sabemos que a reivindicação para um movimento sindical dos trabalhadores rurais existiu desde os anos 20, mas não temos ainda estudos que ajudam a medir a influência dela. Os relatos oficiais de 1930 para frente mostram como as autoridades estavam preocupadas com o movimento, mas falta trabalho de campo suficiente – pesquisa local – para confirmar se tiveram base verdadeira as reclamações da classe dominante. Novos estudos revelaram a participação do PCB, da Igreja e das Ligas na formação do movimento sindical, mas não está claro ainda todo conteúdo desta participação nas distintas regiões do país. Enquanto a reforma agrária radical foi uma bandeira de luta no período pré-64, sua articulação dentro e fora do movimento sindical não está bem entendida. Estas questões e muitas outras restam a serem investigadas.

O historiador e o pesquisador do campesinato no Brasil não podem ignorar o movimento sindical dos trabalhadores rurais do pré-64. São muitas questões a serem investigadas para entender a história social do campo e compreender os conflitos do presente. São questões de fato e interpretação que só pesquisa e tempo podem ajudar a resolver.

Além das memórias publicadas e depoimentos arquivados, a imprensa anarquista, socialista e comunista é uma importante fonte de informação sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais no pré-64. Uma fonte única de matérias da imprensa esquerdista encontra-se no livro *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1954)*, organizado por José Cláudio Barriguelli (1981). Desta imprensa, outra fonte imprescindível é o jornal *Terra Livre*, que pode ser encontrado em várias bibliotecas, inclusive a Nacional no Rio de Janeiro e a Mário Andrade em São Paulo. Em geral, a imprensa local não é uma boa opção para o pesquisador, já que os jornais dependeram muito das prefeituras que raramente apoiaram movimentos sindicais. Mas, na época de 1959 a 1964, o ambiente populista era tão forte que havia uma

tendência maior dos jornais em relatar os conflitos, às vezes como meio de criar apoio para um partido ou político vinculado ao periódico.

Outras fontes primárias publicadas estão em Luís Flávio de Carvalho Costa, org., *O congresso nacional camponês: o trabalhador rural no processo político brasileiro* (1993), Raimundo Santos, org. *Questão agrária e política*, autores pecebistas (1996), Christian Brannstrom, *Documentos do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis* (1997), e Emiliana Andréo da Silva *O despertar do campo: lutas camponesas no interior do estado de São Paulo* (2003).

Os dois últimos livros são coleções de documentos que podem ser investigados com mais cuidado em arquivos. O livro de Silva revela a riqueza do material que pode ser encontrado nos arquivos da policia social e política, o DEOPS, que operou em muitos estados entre os anos 20 e 80 do século passado. O livro de Brannstrom aponta uma fonte possivelmente ainda mais rica: os arquivos das juntas de trabalho que abrangeram regiões agrícolas, como a Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, que inicialmente concentrava os apelos trabalhistas de uma área que envolvia três estados. Outras fontes primárias das lutas dos trabalhadores rurais pela igualdade perante a lei são as revistas dedicadas à análise da legislação, como por exemplo, a *Revista Legislação do Trabalho*, que foi publicada em São Paulo entre 1941 e 1964.

Esta revista e outras são disponíveis nas estantes da biblioteca da Faculdade de Direito da USP no Largo de São Francisco em São Paulo. Outros acervos para reconstruir a história do movimento sindical dos trabalhadores rurais no nível nacional podem ser encontrados na biblioteca do CPDA – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no arquivo da CONTAG em Brasília, no acervo da coleção do Brasil: Nunca Mais, no Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP; no acervo Movimentos Sociais no Campo no CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica – na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; nas cartas dos trabalhadores rurais para Vargas, no Fundo da Secretaria da Presidência da República no Arquivo Nacional; nos acervos do PCB, ASMOB – Archivio Sorico del Movimento Operario Brasil – e no Instituto Cultural Roberto Morena no CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP, em São Paulo; e nas caixas de recortes de jornais no arquivo da sede da Comissão Pastoral da Terra em Goiânia.

É aconselhável “pensar no mundo”, mas pesquisa histórica tem que ser desenvolvida no local. Já que a história das lutas e resistências dos

trabalhadores rurais faz parte da história subalterna, para resgatar a voz e atuação deles, ferramentas como história oral são essenciais. Um bom lugar para começar sua pesquisa sempre é a sede do sindicato do trabalhador rural em sua comunidade.

Referências

- AZEVÊDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BEZERRA, G. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979-1980. 2 v.
- CAMARGO, A. A. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. 1973. Thèse de 3ème cycle – EHESS, Paris.
- _____. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral de civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e política. São Paulo: Difel, 1986.
- CARVALHO, J. de M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COUTINHO, E. *Cabra marcado para morrer*. Rio de Janeiro: Globo Vídeo, 1984. VHS. 120 min.
- CUNHA, P. R da. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.
- GALJART, B. Class and 'Following' in Rural Brazil. *América Latina*, v. 7, n. 3, jul-set. 1964.
- HEWITT, C. Brazil: The Peasant Movement in Pernambuco, 1961-1964. In: LANDSBERGER, Henry A. (Org.). *Latin American Peasant Movements*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1969.
- JULIÃO, F. *Cambão: la obra cara de Brasil*. México: Siglo XXI, 1968.
- LEVINE, R. M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- LINHARES, M. Y.; DA SILVA, F. C. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

- MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.
- MALLON, F. E. Peasants and Rural Laborers in Pernambuco, 1955-1964. *Latin American Perspectives*, v. 5, n. 4, Autumn, 1978.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: USP, 2000.
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NOVAES, R. R. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.
- PAGE, J. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: UnB, 2004.
- PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. (Org.). *A classe operária*. In: _____. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v. 1.
- REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, R. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L. F. de; SILVA, F. T. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- STEDILE, J. P. *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- STOLCKE, V. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979.

WELCH, C. *The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.

_____. Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964. *Projeto História*. São Paulo, v. 29, t. 2, jul./dez. 2004.

WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WELCH, C.; PERRINE, T. *Grass War: Peasant Struggle in Brazil*. New York: The Cinema Guild, 2001. VHS, 34 min.

ZAIDAN FILHO, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.